



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Economia

**Corrupção e Desonestidade Acadêmica: Uma Análise a Nível de
Indivíduo para o Brasil**

Levi Rabêlo de Macêdo

Brasília - DF

2023

Levi Rabêlo de Macêdo

**Corrupção e Desonestidade Acadêmica: Uma Análise a Nível de
Indivíduo para o Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Departamento de Economia da Faculdade de Administração, Economia, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Amorim Loureiro

Brasília - DF

2023

Levi Rabêlo de Macêdo

Corrupção e Desonestidade Acadêmica: Uma Análise a Nível de Indivíduo para o Brasil

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Amorim Loureiro (Orientador)

UnB, Membro Interno

Profa. Dra. Geovana Lorena Bertussi

UnB, Membro Interno

Prof. Dr. Tito Belchior Silva Moreira

UCB, Membro Externo

RESUMO

Este trabalho examina a continuidade da desonestidade entre o ambiente acadêmico universitário e aquele oportuno à corrupção. A principal hipótese a ser testada é a maior propensão à corrupção daqueles indivíduos academicamente desonestos. A base de dados possui 1213 respostas, onde buscou-se mensurar a “corruptibilidade” e a desonestidade acadêmica através da apresentação de cenários e afirmações, e o uso de uma escala de concordância em relação a essas últimas. Utilizando modelos lineares e não lineares, os resultados obtidos apontam para uma relação positiva, direta e estatisticamente significativa entre a desonestidade acadêmica e o nível de “corruptibilidade” do indivíduo e a sua probabilidade de executar um ato corrupto.

Palavras-Chaves: Corrupção, Desonestidade Acadêmica, Indivíduo

ABSTRACT

This work examines the continuity of dishonesty between the university academic environment and that conducive to corruption. The main hypothesis to be tested is the greater propensity for corruption of academically dishonest individuals. The database has 1213 responses, which sought to measure “corruptibility” and academic dishonesty through the presentation of scenarios and statements, and the use of an agreement scale in relation to the latter. Using linear and non-linear models, the results obtained point to a positive, direct and statistically significant relationship between academic dishonesty and the level of “corruptibility” of the individual and his probability of performing a corrupt act.

Keywords: Corruption, Academic Dishonesty, Individual

SUMÁRIO

	Lista de tabelas	7
	Lista de ilustrações	8
1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O COMPORTAMENTO CORRUPTO.....	12
2.2	DESONESTIDADE ACADÊMICA COMO PREDITOR DA CORRUPÇÃO.....	14
3	ESTRATÉGIA ECONOMETRICA	19
3.1	DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS.....	19
3.1.1	VARIÁVEIS DEPENDENTES.....	19
3.1.2	VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	20
3.2	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS.....	23
3.3	METODOLOGIA ECONOMETRICA	26
4	RESULTADOS.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas.....	23
Tabela 2 – Estatísticas Descritivas - Homens	24
Tabela 3 – Estatísticas Descritivas - Mulheres	25
Tabela 4 – Estimativa de MQO para Corruptibilidade.....	29
Tabela 5 – Bootstrap OLS(1)	30
Tabela 6 – Bootstrap OLS(2)	30
Tabela 7 – Bootstrap OLS(3)	31
Tabela 8 – Estimativa de Logit para Corruptível.....	32
Tabela 9 – Bootstrap Logit(1).....	33
Tabela 10 – Bootstrap Logit(2).....	33
Tabela 11 – Bootstrap Logit(3).....	34

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da Desonestidade Acadêmica por Gênero.....	35
Figura 2 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da Desonestidade Acadêmica por Cor.....	36
Figura 3 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da percepção da Frequência da Corrupção por Gênero.....	37
Figura 4 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da percepção da Frequência da Corrupção por Cor.....	38

1 INTRODUÇÃO

A corrupção é uma ameaça ao bem-estar e estabilidade da sociedade brasileira, afetando negativamente o crescimento econômico e a qualidade dos serviços públicos. De maneira objetiva, o Banco Mundial define corrupção como o abuso de poder público objetivando ganhos privados. Essa definição é consideravelmente abrangente, explicitando assim, o quão complexo esse fenômeno é.

Quando a corrupção se torna uma prática comum na esfera pública de uma nação, é provável que acabe sendo institucionalizada. Nesse momento, o país enfrenta consequências extremamente prejudiciais para o seu desenvolvimento. O patrimônio público é seriamente corroído, a confiança na eficiência da máquina pública se deteriora e a boa governança é comprometida.

Reduções nos níveis de confiança da população para com o seu governo levam a instabilidade política, fragilidade das instituições democráticas, e as ações realizadas pelas mais diversas esferas estatais perdem legitimidade. Reverter um cenário como esse é extremamente difícil e requer um conhecimento aprofundado sobre o problema dentro do contexto específico do país. Nesse sentido, elementos históricos, geográficos, religiosos e culturais, por exemplo, precisam ser englobados nessa discussão.

Diversas atividades podem ser caracterizadas como corrupção, desde aquelas que envolvam membros de alto escalão político e social, e movimentem grande volume de recursos, às mais mundanas e corriqueiras. Assim, é natural esperar que estudos sobre o tema apresentem diversas abordagens.

Visando combater o problema, trabalhos buscam entender quais são os seus determinantes e suas consequências. No entanto, apenas nas últimas décadas, muito graças aos sucessivos escândalos que têm marcado a vida política do país, a corrupção passou a figurar de maneira expressiva no estudo sobre o contexto social, político e econômico brasileiro. Durante esse período, houve uma escalada na ocorrência de atos corruptos, devido, principalmente, à intensificação do círculo vicioso de corrupção ao qual o Estado e a sociedade brasileira estão sujeitos.

Quantificar a corrupção e a suas distinções entre as nações não é um trabalho simples. O surgimento do *Corruption Perception Index* (CPI) em 1995, viabilizou uma maior gama de estudos empíricos sobre o tema, mas não com a ausência de limitações. O índice apresenta elementos subjetivos e que dificilmente representam o nível real de corrupção existente. Ainda assim, seu uso nos permitiu ter noção mais clara do lugar que o Brasil ocupa no contexto mundial no que tange a corrupção. Os resultados recentes obtidos através do CPI chamam

atenção. Desde 2015, o Brasil vem apresentando um índice abaixo da média global, indicando uma piora relativa aos demais países. Esse cenário trás a tona, novamente, a relevância de se ter a corrupção como objeto de estudo.

Fatores econômicos, administrativos e institucionais ocupam extensivamente a literatura empírica brasileira sobre o tema. Embora esse contexto não seja exclusivo ao Brasil, a produção internacional apresenta maior avanço no sentido de, por exemplo, abordar aspectos individuais e de construção de relações sociais (Teoria da Aprendizagem Social, por exemplo) como possíveis determinantes da corrupção.

Apesar das particularidades do caso brasileiro não invalidarem a aplicabilidade do que foi feito internacionalmente, ainda há uma certa lentidão na realização de trabalhos empíricos que expandam as perspectivas acerca da corrupção brasileira, principalmente no que tange as suas causas a nível de indivíduo.

Embora a definição utilizada pelo Banco Mundial seja restritiva à esfera pública, percebemos que ela apresenta similaridades as de outras ações desonestas em que o indivíduo privilegia o seu próprio ganho em detrimento ao ganho social. Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de uma possível continuidade da desonestidade, isto é, se um indivíduo é desonesto dado um contexto específico, ele apresenta uma maior probabilidade de ser desonesto em outro.

Nesse trabalho, busca-se testar esta hipótese utilizando a desonestidade acadêmica no ensino superior como o outro contexto em questão. Não se há um valor claro sobre o percentual de estudantes brasileiros de ensino superior que "cola" ou executa algum outro ato desonesto dentro do ambiente acadêmico visando obter algum retorno. Em pesquisa realizada pela Fixgerald em 2021 entre estudantes universitários de países anglófonos, 48,6% dos respondentes afirmaram terem "colado" pelo menos uma vez, com os Estados Unidos apresentando o maior valor (59,8%). Tendo-se em vista as implicações da pandemia do Covid-19 e o contexto atípico da época quando a pesquisa foi realizada (possivelmente muitos respondentes estavam tendo aulas online), é interessante ressaltar que os valores obtidos para os Estados Unidos estão condizentes com os encontrados em pesquisas realizadas anteriormente. Assim, pode-se esperar que, dadas as disparidades educacionais entre os países, o Brasil apresente valores ainda superiores aos encontrados para os países presentes na pesquisa da Fixgerald.

Dessa forma, a pergunta que norteia o desenvolvimento do estudo é: Indivíduos com maior grau de desonestidade acadêmica são mais propensos a engajarem em corrupção? A justificativa da pesquisa se deve à certa lacuna de pesquisas existentes que abordam o problema da corrupção a nível de indivíduo dentro do contexto brasileiro, vinculando-o com outras atividades desonestas. Os resultados que forem obtidos podem trazer uma nova

perspectiva sobre o fenômeno da corrupção no Brasil, além de servirem de insumos para o desenvolvimento de alternativas ao ferramental já existente ao combate à corrupção.

Este trabalho está dividido em cinco sessões. Além desta introdução, é realizada uma breve revisão da literatura que aborda a corrupção a nível de indivíduo, a desonestidade acadêmica e a relação entre ambas. Em seguida é apresentada a base de dados e a maneira como foi obtida, além da metodologia econométrica a ser empregada. No capítulo seguinte são expostos os resultados obtidos. Por fim, são realizadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo realizar uma breve explanação do estudo da corrupção a partir de uma perspectiva a nível de indivíduo, expondo alguns trabalhos realizados sob essa ótica. Além disso, busca-se expor como o comportamento corrupto pode estar relacionado com a desonestidade acadêmica e exemplificar algumas maneiras pelas quais o combate à corrupção pode se dar através do combate à má conduta no ambiente educacional.

2.1 O COMPORTAMENTO CORRUPTO

Desde a origem da Economia do Crime a partir do trabalho seminal de Becker (1968), a corrupção tornou-se uma pauta relevante a ser analisada à luz da teoria econômica, originando uma imensa gama de trabalhos que buscam entender suas causas e consequências.

Evidências apontam que, dependendo da sua forma e da maneira como está institucionalizada, a corrupção pode estar correlacionada a elementos econômicos como, entre outras coisas, investimento total, investimento estrangeiro direto, fluxo de capital, PIB, crescimento sustentável, desigualdade, pobreza, gastos do governo e qualidade de serviços públicos (MAURO, 1995; BARASSI; ZHOU, 2012; EGGER; WINNER, 2006). Portanto, dada essa problemática, e objetivando combatê-la, busca-se entender quais são os seus fatores originadores.

Usualmente, ao buscar-se compreender as causas da corrupção, trabalhos focam nos seus determinantes estruturais e sistêmicos, como o tamanho e a estrutura do governo, o sistema político vigente e a qualidade das instituições (ELLIOTT, 2017; KOTERA; OKADA; SAMRETH, 2010; PELLEGRINI, 2011). Entretanto, mais recentemente, estudos a nível de indivíduo começaram a abordar o tema, tanto através de pesquisas experimentais quanto a partir da obtenção de dados por meio pesquisas de campo.

Alguns trabalhos focam em investigar a relação entre a corrupção e as características pessoais (idade, estado civil, etnicidade, educação, etc.) e econômicas (renda, ocupação, etc.) do indivíduo, como Mangafić e Veselinović (2020) para o caso da Bósnia e Herzegovina. Em contrapartida, outros estudos visam a maneira como o indivíduo desenvolve e mantém o comportamento corrupto a partir da sua relação com o ambiente onde está inserido.

Gorsira et al. (2018) buscaram analisar como o aspecto ético dentro do ambiente organizacional e motivações individuais se relacionam com corrupção. Os resultados obtidos apontam que empregados, tanto do setor público quanto privado, serão mais propensos a cometer um ato de corrupção quando veem o ambiente onde estão inseridos como mais egoísta e menos ético. Essa relação se dá a partir não apenas de normas internas ao indivíduo, mas

também normas sociais. Assim, concluiu-se que encorajar ações que os indivíduos venham a caracterizar como éticas pode ter um certo grau de efetividade no combate à corrupção. Similarmente, Köbis et al. (2015) encontram evidências de que, quando expostos a normas descritivas contrárias à corrupção, indivíduos tendem a optar por não realizar o ato corrupto.

No caso do indivíduo brasileiro, ainda dentro dessa noção observacional, Fischer et al. (2014) exploraram como estímulos visuais que envolvem corrupção podem influenciar a intenção do indivíduo em cometer ou não um ato corrupto, constatando que a exposição a esses estímulos pode ter repercussões sobre o comportamento do indivíduo. Partindo dessa ideia, é possível que, para o brasileiro, e dada sua grande exposição midiática a casos de corrupção, ao observar que até autoridades públicas realizam tais atos e, em alguns casos, não sofrem punições condizentes com a gravidade deles, sua predisposição a cometer um ato de corrupção seja alterada.

Os resultados obtidos nesses trabalhos vão de encontro com a Teoria da Aprendizagem Social (TAS). Segundo essa teoria, o indivíduo adquire e mantém um determinado comportamento a partir de sua relação com seus pares (amigos, família, colegas, etc.), podendo ele: i- adotar suas definições a respeito do comportamento (se ele é bom ou ruim); ii- imitar um comportamento executado por alguém que pertence a um mesmo grupo que ele; e iii- ter tal comportamento reforçado através de recompensas (AKERS; JENNINGS, 2019). Assim, se o indivíduo não definir o ato corrupto como errado ou se, na sua percepção, essa é uma ação comum entre seus pares, ele tenderá a realizá-lo.

Na tentativa de testar empiricamente a aplicabilidade da Teoria da Aprendizagem Social no tocante à corrupção presente na Estônia, Tavits (2010) desenvolveu variáveis que representam os conceitos de “definição” e “imitação” presentes nessa teoria. Obtendo respostas tanto de servidores públicos quanto de cidadãos comuns, os resultados apontaram que os indivíduos estão mais propensos a cometer um ato de corrupção quando não o veem como errado e quanto entendem ele como bastante difundido entre os grupos sociais em que circula. Dessa maneira, diferenças interpessoais podem apresentar papel relevante como originador da corrupção, ou seja, em sistemas similares, alguns indivíduos são mais propensos do que outros a cometer um ato corrupto.

Outro aspecto usualmente abordado nessa discussão, é o papel do nível de confiança da população tanto em relação aos demais membros da sociedade quanto às instituições. Uslaner (2002, 2008), por exemplo, argumenta que confiança e corrupção, juntamente com desigualdade, formam um *loop*, onde: (1) desigualdade reduz confiança; (2) menor confiança aumenta a corrupção; e (3) mais corrupção aumenta desigualdade. Em contrapartida, Tavits (2010) não encontra evidências de uma relação significativa entre a “corruptibilidade” do

indivíduo e seus níveis de confiança generalidade e no governo. Porém essa relação não é tão direta, sendo necessário discriminar corrupção entre aquela que afeta desigualdade (atos corruptos que envolvem grandes quantidades de recursos) e aquela mais mundana (USLANER, 2002; USLANER, 2008).

Ainda dentro do contexto de construção comportamental através de interações sociais, trabalhos apontam para a existência de um certo grau de continuidade entre comportamentos definidos socialmente de maneiras similares. A corrupção não foge a isso.

2.2 DESONESTIDADE ACADÊMICA COMO PREDITOR DA CORRUPÇÃO

Tal qual o ato corrupto, a desonestidade acadêmica é definida de maneira negativa pela sociedade, sendo proibida, sujeita à punição, e indo na direção oposta ao interesse da comunidade em prol de benefício próprio. Assim, espera-se que sua execução esteja relacionada a outros tipos de comportamentos antiéticos e até mesmo fraudulentos (OROSZ et al., 2018).

Druicã et al. (2019), por exemplo, demonstram que o indivíduo academicamente desonesto tem uma maior probabilidade de realizar evasão fiscal, fraude na previdência social e pirataria. Porém, apesar de esperado que ocorra para outras situações, o estudo da extrapolação desse comportamento para outros contextos usualmente aborda a esfera profissional.

É relativamente comum encontrar uma alta correlação entre a frequência de má conduta acadêmica e a frequência de má conduta no ambiente de trabalho, o que aponta a desonestidade como algo que não está sujeito a uma situação específica, ou seja, a partir do momento em que o indivíduo define o comportamento como aceitável dado um certo contexto, eleva-se a probabilidade de executá-lo em outro (NONIS; SWIFT, 2001; GRAVES et al., 2008). Entretanto, identificar similaridades (e diferenças) nas características dos contextos onde ocorre esse movimento comportamental não é trivial e, a partir daí, determinar a maneira como o comportamento é estabelecido em situações aparentemente distintas torna-se fundamental (OROSZ et al., 2018).

No caso de ambientes que pressionam excessivamente os indivíduos a buscar alta performance nas atividades por eles realizadas, é razoável esperar um incremento na probabilidade da aceitação do comportamento desonesto, sobretudo se seus resultados são medidos em termos monetários. Além disso, se o indivíduo identificar uma ameaça aos seus níveis de status e poder social (muitas vezes refletidos em aspectos financeiros), ele tende a favorecer seus próprios anseios em detrimento aos interesses da comunidade (MITCHELL et al., 2018).

É fácil perceber que tanto o ambiente profissional quanto o acadêmico estão sujeitos a

um contexto de excessiva pressão por resultado, podendo afetar o comportamento de indivíduos. Porém, esse dificilmente é o único fator que determina como o ambiente pode favorecer ações particulares (MITCHELL et al., 2018).

Para o caso específico da corrupção, Denisova-Schmidt, Huber e Leontyeva (2016) buscaram explorar como o ensino superior russo influencia o comportamento corrupto, ou sua aceitação, por parte dos estudantes. Para isso, estudantes do primeiro ano foram comparados aos do último ano de universidade que apresentavam características similares (gênero, cidade, curso, universidade, razões para adentrar a universidade, experiência prévia com corrupção, etc). Também foram levados em consideração aspectos como envelhecimento, diferenças geracionais e a influência da aproximação da entrada no mercado de trabalho. Os resultados obtidos apontam que estudantes do último ano apresentam um maior grau de aceitação de atividades informais e atos corruptos, levantando a possibilidade de que durante o período em que está presente no ensino superior russo, o indivíduo entre em contato com fatores que estimulam o comportamento desonesto.

Possivelmente, o desenvolvimento da aceitação da corrupção se dá gradualmente ao longo do período em que o estudante frequenta o ensino superior, levando ao surgimento de um hábito do qual o estudante não se desvincula e acaba por aprimorá-lo, passando a ter mais confiança na sua execução. Assim, esse processo acaba extrapolando a universidade e é transferido para a vida profissional no indivíduo (DENISOVA-SCHMIDT; HUBER; LEONTYEVA, 2016).

Desta maneira, objetivando servir de insumo também ao combate não apenas da corrupção como também de atos desonestos como um todo, surge a alternativa de estudar como o comportamento academicamente desonesto é desenvolvido e se torna parte do cotidiano do indivíduo. Nesse sentido, Wang e Zhang (2022) exploraram a influência de diferentes perspectivas em relação a regras e normas em geral sobre o comportamento de estudantes. Os autores encontraram evidências que indivíduos que acreditam na condicionalidade das regras, ou seja, que elas podem ser quebradas dadas algumas condições, são mais propensos a cometerem atos de desonestidade acadêmica.

Segundo resultados obtidos por Heriyati e Ekasari (2020), ao analisarem estudantes universitários, até aqueles que se veem como honestos e possuíntes de altos níveis de moralidade, podem realizar atos desonestos quando lhes são apresentadas oportunidades e, apesar de definirem o ato negativamente, buscam justificar tal comportamento a fim de preservar uma visão positiva sobre si. Tal justificativa pode se dar de inúmeras maneiras, incluindo a pressão excessiva por resultados, poupar tempo, não estar ciente da ilegalidade do ato e a não valorização da atividade realizada (como definir uma disciplina como desnecessária). A

partir disso, é natural supor que um argumento similar pode vir a ser utilizado também para justificar comportamentos desonestos no ambiente profissional e atos corruptos, mantendo intacta a percepção do indivíduo em relação a si.

Outra característica compartilhada pelo indivíduo propenso à corrupção e aquele academicamente desonesto, é a relevância dada ao comportamento de seus pares. Assim como os resultados obtidos por Tavits (2010), que indicam uma maior predisposição do indivíduo a engajar em uma atividade corrupta quando, na sua visão, isso é algo altamente difundido entre os membros dos grupos sociais em que circula, também há um efeito similar em relação à má conduta acadêmica.

Zhao et al. (2022) realizaram uma meta-análise para investigar a socialização entre pares como um fator determinante da desonestidade acadêmica, definindo a construção do comportamento como consequência de um processo de aprendizagem observacional. Outro ponto investigado pelos autores foram os fatores potenciais que influenciam o quão significativa essa aprendizagem observacional é na formação do comportamento do indivíduo. Os resultados obtidos pelos autores apontam que o efeito da percepção do indivíduo em relação à desonestidade acadêmica de seus pares sobre a sua própria é significativa.

Uma possível justificativa seria o uso do comportamento dos seus pares como fundamento racional para realizá-lo. Ao partir da noção de que “todo mundo tá fazendo”, é possível reduzir sua própria responsabilidade, atribuindo ela a outros membros daquele grupo ou a fatores externos a eles (STEPHENS, 2017). Porém, Zhao et al. (2022) também obtiveram resultados que apontam que aspectos culturais possuem papel central nessa relação. Indivíduos que vivem em países com maiores níveis de coletivismo social, maior desigualdade de poder, menor busca por reduzir incertezas e menor em religiosidade, são mais afetados pela sua percepção acerca de seus pares. Dessa maneira, passa a ser interessante que estratégias de combate à má conduta acadêmica passe a envolver elementos culturais e aspectos da interação entre o estudante e os demais membros presentes no ambiente acadêmico.

Assim sendo, a relação entre individualismo e coletivismo passa a ter um papel relevante nessa discussão. Membros de sociedades mais coletivistas apresentam maior foco nos objetivos do grupo e tendem a ser mais influenciados pelo comportamento dos demais e pelas normas sociais vigentes (HOFSTEDE, 2001; HOFSTEDE, 1984). Em contrapartida, pode-se ter o desenvolvimento de coletivismo em subgrupos sociais específicos (estudantes universitários, por exemplo) que, ao buscarem atingir os objetivos do subgrupo, acabam deixando em segundo plano os interesses dos demais (OROSZ et al., 2018).

Em termos de características pessoais, um dos possíveis fatores relevantes na explicação das diferenças comportamentais é o gênero do indivíduo. Para a desonestidade acadêmica,

apesar dos resultados não serem conclusivos, existem fortes indícios que homens possuem uma tendência significativamente maior a serem desonestos em relação às mulheres, além de também apresentarem maior tolerância de comportamentos desonestos como um todo (SMYTH; DAVIS, 2003; BAKAR; ISMAIL; MAMAT, 2010; BALLANTINE; LARRES; MULGREW, 2014). Dessa forma, efeito similar também é percebido quando se aborda corrupção (RIVAS, 2013; WÄNGNERUD, 2012), porém, essa relação pode estar sujeita a fatores específicos ao contexto analisado, como, por exemplo, o nível de riqueza e desenvolvimento do país (ALATAS et al., 2009).

Na busca por explicações para essas possíveis distinções comportamentais, o efeito de gênero pode ser analisado à luz de duas teorias: a teoria da socialização diferencial e a teoria estruturalista (BALLANTINE; LARRES; MULGREW, 2014). De acordo com a teoria da socialização diferencial, mulheres são mais propensas do que os homens a serem socializadas e a seguirem regras e, portanto, menos propensas a cometer atos de má conduta acadêmica e corrupção. Assim, o combate ao comportamento desonesto poderia se dar através do incentivo à socialização entre homens ou ao aumento da participação de mulheres nas atividades em questão. Por outro lado, a teoria estruturalista aponta para a não distinção de comportamento no longo prazo causada por diferenças de gênero, onde as diferenças entre homens e mulheres que podem ter existido em momentos iniciais anos diminuem lentamente à medida que ambos os sexos passam por um sistema educacional semelhante, resultando em comportamento ético equivalente em cada sexo (BALLANTINE; LARRES; MULGREW, 2014).

Assim como para a corrupção, os níveis de confiança dos indivíduos também podem possuir papel relevante na desonestidade acadêmica. Simon et al. (2003) demonstram que os mais propensos a reportarem casos de má conduta no ambiente universitário são aqueles percebem maior suporte da academia no combate a esse problema, veem o processo educacional como justo e se consideram mais integrados ao ambiente acadêmico.

Tanto estudantes quanto profissionais da instituição de ensino precisam estar confiantes na eficácia dos processos formais estabelecidos pela universidade. O corpo discente necessita esperar que as atividades realizadas e o conhecimento obtido durante aquele período irão trazer algum retorno no futuro, além de confiarem que os seus colegas desonestos serão punidos e não irão obter vantagens (SIMON et al., 2003). Se um estudante percebe o ambiente como justo, isso facilita ele se sentir pertencente à cultura organizacional da universidade, aumentando a sua probabilidade de seguir regras e respeitar processos (SIMON et al., 2003).

Para os docentes ou demais profissionais da instituição, também é necessária a con-

fiança de que as normas estabelecidas, assim como seus companheiros de trabalho, serão eficientes na repreensão dos atos desonestos, caso contrário, pode-se começar a ignorar incidentes que deveriam estar sujeitos a punição, culminando assim, no crescimento do sentimento de impunidade entre estudantes, e desincentivando a integridade acadêmica como um todo (SIMON et al., 2003).

Percebemos então, as semelhança existentes entre a desonestidade acadêmica e a má conduta no ambiente de trabalho, podendo-se levantar a hipótese de que a continuidade não se resume apenas ao comportamento desonesto, mas também na efetividade dos mecanismos que buscam alterá-lo (NONIS; SWIFT, 2001).

Buscar desenvolver uma melhor percepção dos estudantes quanto a relevância da integridade acadêmica e as consequências negativas do seu desprezo, torna-se, então, uma alternativa no combate a outros comportamentos nocivos, como a corrupção. Entretanto, a maneira exata como esse processo deve ser realizado não está estabelecida e requer maiores discussões (DRUICĂ et al., 2019). Em termos práticos, uma alternativa hipotética poderia ser a exposição frequente dos indivíduos presentes no ambiente acadêmico às regras e punições que visam deter a desonestidade nesse meio, influenciando assim, a formação e aceitação do comportamento desonesto, levando a uma menor probabilidade de ocorrência em outros contextos (NONIS; SWIFT, 2001; WANG; ZHANG, 2022).

A própria desonestidade acadêmica é passada através contextos acadêmicos distintos, ao ponto que, em alguns casos, apesar da universidade estar mais relacionada com o ambiente de trabalho, desonestidade no ensino médio pode ser um melhor preditor de desonestidade profissional (GRAVES et al., 2008). Dessa forma, intervenções podem ser efetivas também se forem adotadas desde a escola.

Inúmeras estratégias podem ser adotadas, como as sugeridas por Nick e Llaguno (2015), que sugerem processos que buscam levar ao desenvolvimento de uma relação mais próxima entre aluno e instituição de ensino como, por exemplo, a implementação de programas de orientação e mentoria, e participação dos discentes na elaboração de códigos de honra e conduta a serem seguidos por eles próprios. Assim, estudantes passariam a ter compreensão da importância da integridade acadêmica do curto e longo prazo.

Para empregadores, um mecanismo que pode ser útil na busca por evitar a propagação do comportamento desonesto para o ambiente profissional, seria analisar a propensão à desonestidade acadêmica no momento da seleção de um novo empregado a partir do seu histórico no ensino superior (GRAVES et al., 2008). Uma alternativa menos custosa, seria encorajar frequentemente o comportamento ético através da exposição dos empregados a debates e cenários relacionados ao tema (FISCHER et al., 2014).

3 ESTRATÉGIA ECONOMETRICA

Neste capítulo, são descritas a base de dados e a metodologia utilizadas para alcançar os resultados do trabalho.

3.1 DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS

A população a ser estudada foi definida como brasileiros que cursam ou já cursaram ensino superior. Essa definição se deu baseada na ideia de maior proximidade desses indivíduos às oportunidades de executar atos de corrupção onde o retorno obtido não é facilmente considerado negligenciável por outras pessoas.

Segundo o IBGE, em 2019, apenas 17,4% dos brasileiros com 25 anos ou mais possuíam ensino superior completo e apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior em 2021.

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos através de aplicação online de questionário, o qual obteve 1213 respostas.

3.1.1 VARIÁVEIS DEPENDENTES

Mensurar o grau de corruptibilidade de um indivíduo não é uma tarefa simples. Para este trabalho, foram apresentados aos respondentes 2 cenários: “Um determinado servidor público, chamado João, é responsável por alocar os recursos financeiros do órgão em que trabalha entre seus diferentes setores. O chefe de um desses setores oferece a João um pacote de viagem para a Europa caso o repasse do ano atual seja maior do que o previsto. As chances de João ser pego são baixas”; e “Um determinado servidor público, chamado João, percebendo que poderia realizar suas funções de maneira mais ágil, passa a aceitar ‘presentes’ de cidadãos em troca dessa redução no tempo necessário para realizar suas atividades. As chances de João ser pego são baixas”. Foi pedido aos respondentes para se imaginarem no papel de João e responderem o quanto concordam com as seguintes afirmações. Para o primeiro cenário:

1. Eu aceitaria, pois as chances de ser pego são baixas.
2. Eu aceitaria mesmo se as chances de ser pego **NÃO** forem baixas.
3. Eu aceitaria se considerasse que os outros setores não seriam prejudicados.
4. Eu aceitaria mesmo se considerasse que os outros setores seriam prejudicados.
5. Eu aceitaria se considerasse benéfico para mim.

6. Eu aceitaria se considerasse essa retribuição inofensiva - ninguém sofreria por causa disso.
7. Eu aceitaria se considerasse uma prática comum.
8. Eu aceitaria se a instituição não oferecer oficialmente uma bonificação similar.

E para o segundo cenário:

1. Eu agiria da mesma forma, pois as chances de ser pego são baixas
2. Eu agiria da mesma forma mesmo se as chances de ser pego **NÃO** forem baixas.
3. Eu realizaria o mesmo se considerasse que isso facilita a vida de cidadãos comuns.
4. Eu realizaria o mesmo se considerasse que continuaria executando aquilo para que fui contratado.
5. Eu realizaria o mesmo se **NÃO** considerasse minha a culpa do serviço possuir problemas de velocidade de execução.
6. Eu realizaria o mesmo se considerasse que ninguém será prejudicado.
7. Eu agiria da mesma maneira mesmo se considerasse que alguém será prejudicado.
8. Eu realizaria o mesmo se considerasse que a instituição não oferece incentivos à produtividade.

As respostas foram realizadas em uma escala de concordância de 0 a 4, em que 0 significa “Discordo Totalmente” e 4 significa “Concordo Totalmente”.

A partir das respostas, foram criadas duas variáveis: Corruptibilidade e Corruptível. A primeira é uma variável contínua que consiste na média de todas as respostas. A segunda é uma variável binária, onde toma o valor 0 apenas quando indivíduos responderam “Discordo Totalmente” em todas as afirmações postas e 1 caso contrário .

3.1.2 VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

De maneira similar às variáveis sobre corrupção, a desonestidade acadêmica foi mensurada a partir da exposição de 2 cenários: "Suponha que você irá realizar a prova final de uma disciplina que está cursando na faculdade e precisa obter uma boa nota. Um colega te oferece uma prova do semestre passado **a qual os alunos não deveriam ter acesso**. O

risco de ser pego é baixo"; e "Suponha que você e seu colega de curso estão estudando juntos para a prova que será realizada no dia seguinte. Seu colega confessa que não está preparado e pede para que você o ajude durante a prova. O risco de ser pego é baixo". Foi pedido aos respondentes para assinalarem o quanto concordam com as seguintes afirmações. Para o primeiro cenário:

1. Eu aceitaria, pois preciso de uma boa nota
2. Eu aceitaria mesmo se eu não precisasse de uma boa nota.
3. Eu aceitaria, pois o risco de ser pego é baixo.
4. Eu aceitaria mesmo se o risco de ser pego NÃO for baixo.
5. Eu aceitaria se considerasse que todo mundo está usando e provavelmente teria um desempenho pior em relação aos meus colegas.
6. Eu aceitaria se considerasse que isso não prejudicaria ninguém.
7. Eu aceitaria se considerasse injusto o sistema de avaliação do professor.
8. Eu aceitaria mesmo se considerasse justo o sistema de avaliação do professor.
9. Eu aceitaria se considerasse a matéria de GRANDE relevância para minha formação.
10. Eu aceitaria se considerasse a matéria de POUCA relevância para minha formação.

E para o segundo cenário:

1. Eu o ajudaria, pois é um amigo.
2. Eu o ajudaria, pois o risco de ser pego é baixo.
3. Eu ajudaria mesmo se o risco de ser pego NÃO for baixo.
4. Eu o ajudaria se considerasse uma prática comum entre estudantes.
5. Eu o ajudaria se considerasse que não prejudicaria ninguém.
6. Eu o ajudaria se considerasse injusto o sistema de avaliação do professor
7. Eu aceitaria mesmo se considerasse justo o sistema de avaliação do professor.
8. Eu ajudaria se considerasse a matéria de GRANDE relevância para minha formação.

9. Eu ajudaria se considerasse a matéria de POUCA relevância para minha formação.

As respostas foram realizadas em uma escala de concordância de 0 a 4, em que 0 significa “Discordo Totalmente” e 4 significa “Concordo Totalmente”.

Utilizando também uma escala de 0 a 4 (0 sendo Nunca e 4 sendo Sempre), foram perguntadas aos respondentes com que frequência, na opinião deles, universitários realizam ações similares às presentes nos cenários que tratam sobre desonestidade acadêmica, e com que frequência servidores públicos realizam ações similares às presentes nos cenários que tratam sobre corrupção.

Para abordar o papel do nível de confiança da população em relação aos demais membros da sociedade, foi realizada a pergunta: “O quão confiável é a maioria das pessoas”. Novamente utilizando uma escala de concordância de 0 a 4 (0 sendo nem um pouco confiável e 4 sendo muito confiável).

Uma variedade de variáveis foram adicionadas ao questionário para serem utilizadas como controles, tanto aquelas relativas as características do indivíduo (idade, cor ou raça, gênero e renda familiar) quanto aquelas relativas aos seus aspectos educacionais (escolaridade, área de conhecimento, rede de ensino e estado onde realizou a maior parte do ensino superior).

3.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Observando a tabela 1 abaixo, encontramos as estatísticas descritivas para toda a amostra (1213 observações). A distribuição de frequência da variável dependente binária aponta que 44% dos respondentes podem ser caracterizados como corruptíveis.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

Variável	Média	Std	Min	Max
Corruptibilidade	0.39	0.68	0	4
Corruptível	0.44	0.50	0	1
Desonestidade Acadêmica	1.44	1.02	0	4
Frequência Desonestidade Acadêmica	2.81	1.06	0	4
Frequência Corrupção	2.21	1.20	0	4
Confiança - Pessoas	1.96	0.79	0	4
Idade	29.26	9.95	17	73
Masculino	0.56	0.50	0	1
Branco	0.53	0.50	0	1
Rede Privada	0.20	0.40	0	1
Rede Pública	0.73	0.44	0	1
Graduação Incompleta	0.50	0.50	0	1
Graduação Completa	0.17	0.38	0	1
Pós-Graduação Incompleta	0.10	0.30	0	1
Pós-Graduação Completa	0.23	0.42	0	1
Renda até R\$3.600,00	0.39	0.49	0	1
Renda entre R\$3.600 e R\$7.200	0.29	0.46	0	1
Renda entre R\$7.200 e R\$13.200	0.17	0.38	0	1
Renda Acima de R\$13.200	0.14	0.35	0	1
Observações - 1213				

Fonte: Elaboração Própria

Os dados coletados indicam que, no que diz respeito ao ensino superior, a maioria dos respondentes o realizou por meio da rede pública de ensino (73%), enquanto 20% realizaram pela rede privada e os demais frequentaram ambas. Além disso, observou-se que metade dos entrevistados ainda não concluíram a graduação e 23% possuem pós-graduação completa.

Com base nas tabelas 2 e 3, podemos analisar as diferenças de gênero em relação a dois temas relevantes para este estudo: corrupção e desonestidade acadêmica.

Os resultados indicam que homens apresentaram um maior grau de corruptibilidade e desonestidade acadêmica em comparação às mulheres. Ademais, os homens tendem a

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas - Homens

Variável	Média	Std	Min	Max
Corruptibilidade	0.43	0.74	0	4
Corruptível	0.45	0.50	0	1
Desonestidade Acadêmica	1.49	1.05	0	4
Frequência Desonestidade Acadêmica	2.79	1.05	0	4
Frequência Corrupção	2.17	1.17	0	4
Confiança - Pessoas	1.95	0.79	0	4
Idade	29.51	9.50	17	73
Branco	0.56	0.50	0	1
Rede Privada	0.26	0.44	0	1
Rede Pública	0.67	0.47	0	1
Graduação Incompleta	0.47	0.50	0	1
Graduação Completa	0.20	0.40	0	1
Pós-Graduação Incompleta	0.09	0.29	0	1
Pós-Graduação Completa	0.24	0.43	0	1
Renda até R\$3.600,00	0.34	0.47	0	1
Renda entre R\$3.600 e R\$7.200	0.29	0.45	0	1
Renda entre R\$7.200 e R\$13.200	0.20	0.40	0	1
Renda Acima de R\$13.200	0.17	0.38	0	1
Observações - 678				

Fonte: Elaboração Própria

perceber com menor frequência a má conduta nesses contextos. Já as mulheres apresentaram um valor ligeiramente superior em relação à confiabilidade das outras pessoas.

Um dado interessante a ser destacado é a diferença na participação de homens e mulheres nas redes de ensino. Verificou-se que 26% dos homens frequentaram ou frequentam a rede privada, enquanto 67% optaram pela rede pública. Já entre as mulheres, há uma maior concentração na rede pública (82%) em relação à rede privada (13%).

Outro aspecto a ser considerado é a renda das famílias dos entrevistados. Os resultados mostram que há uma maior presença masculina em famílias que ocupam os estratos superiores de renda, sendo que 17% dos homens pertencem a famílias com renda acima de R\$ 13.200,00 reais e 20% estão em famílias com renda entre R\$ 7.200,00 e R\$ 13.200,00. Já entre as mulheres, esses valores são de 10% e 14%, respectivamente.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas - Mulheres

Variável	Média	Std	Min	Max
Corruptibilidade	0.33	0.60	0	3.4
Corruptível	0.41	0.49	0	1.0
Desonestidade Acadêmica	1.35	0.97	0	3.9
Frequência Desonestidade Acadêmica	2.85	1.06	0	4.0
Frequência Corrupção	2.25	1.24	0	4.0
Confiança - Pessoas	1.99	0.80	0	4.0
Idade	29.21	10.60	18	73.0
Branco	0.51	0.50	0	1.0
Rede Privada	0.13	0.34	0	1.0
Rede Pública	0.82	0.39	0	1.0
Graduação Incompleta	0.54	0.50	0	1.0
Graduação Completa	0.13	0.34	0	1.0
Pós-Graduação Incompleta	0.11	0.31	0	1.0
Pós-Graduação Completa	0.22	0.42	0	1.0
Renda até R\$3.600,00	0.46	0.50	0	1.0
Renda entre R\$3.600 e R\$7.200	0.29	0.46	0	1.0
Renda entre R\$7.200 e R\$13.200	0.14	0.35	0	1.0
Renda Acima de R\$13.200	0.10	0.30	0	1.0
Observações - 512				

Fonte: Elaboração Própria

3.3 METODOLOGIA ECONOMÉTRICA

Objetivando responder a pergunta que norteia o desenvolvimento do estudo, modelos de regressão lineares e não lineares foram empregados. Inicialmente, busca-se estimar a relação entre o grau de corruptibilidade do indivíduo e seu nível de desonestidade acadêmica. Há também interesse em analisar o impacto da frequência percebida dos indivíduos em relação aos atos desonestos, além dos efeitos dos seus níveis de confiança. A relação é dada através de um modelo de mínimos quadrados ordinários, e o modelo teórico utilizado foi definido como:

$$\log(\text{corruptibilidade}_i + 1) = \beta_0 + \beta_1(\log(\text{deson_acad}_i + 1)) + \beta_2(\log(\text{freq_deson_acad}_i + 1)) + \beta_3(\log(\text{freq_corrup}_i + 1)) + \beta_4(\log(\text{conf_pess}_i + 1)) + \beta_5(\log(\text{conf_est}_i + 1)) + \Gamma\chi'_i + \Omega\Phi'_i \quad (1)$$

onde i indexa os indivíduos. χ'_i denota um vetor de variáveis relativas aos aspectos pessoais dos indivíduos (idade, cor, gênero e renda familiar). Já Φ'_i , denota um vetor de variáveis relativas aos seus aspectos educacionais (escolaridade, área de conhecimento, rede de ensino e estado onde realizou a maior parte do ensino superior).

Na segunda parte da análise, realizada a partir do uso da variável binária “corruptível” como resposta, é empregado um modelo de regressão logística. Essa técnica permite estimar a probabilidade de ocorrência de um evento. Neste caso, a medida de associação calculada é a razão de probabilidade (*Odds Ratio*). Todas as outras coisas sendo iguais, essa proporção é obtido comparando indivíduos que diferem apenas na característica de interesse, obtendo assim, o seu efeito sobre a variável dependente. Modelos de regressão logística calculam a probabilidade do efeito com base nas seguintes equações:

$$\hat{\pi}_i = P(\text{corruptivel}_i = 1) = \frac{1}{1 + e^{-\hat{\eta}_i}} \quad (2)$$

Podemos reescrever a equação 2 a fim de facilitar a interpretação do coeficientes dos *odds ratio* obtidos através e^{β} :

$$\text{logit}(\hat{\pi}_i) = \ln\left(\frac{\hat{\pi}_i}{1 - \hat{\pi}_i}\right) = \hat{\eta}_i \quad (3)$$

A justificativa para usar o modelo logístico se dá devido ao fato de que nosso interesse é estimar o risco de o indivíduo adotar um determinado tipo de comportamento (neste caso, a corrupção), devido a uma conjunto de fatores. Assim, esta metodologia nos permite estimar

o *odds ratio* ou o número de vezes que a característica de um determinado indivíduo afeta a probabilidade da resposta. Essa razão pode ser convertida em uma porcentagem, expressa por $100 * [OR - 1]$.

4 RESULTADOS

A maior correlação simples entre as variáveis de interesse presentes nos dados obtidos foi de 0.36 entre a desonestidade acadêmica e corruptibilidade, seguido por uma correlação de 0.33 para a desonestidade acadêmica e a percepção da desonestidade acadêmica. Todos os outros coeficientes de correlação foram consideravelmente menores. Esses resultados garantem que as variáveis independentes medem diferentes conceitos e a multicolinearidade não é uma grande preocupação.

A tabela 4 apresenta as estimações obtidas utilizando o primeiro método discutido anteriormente, em que a variável dependente é a “corruptibilidade” do indivíduo. Como pode ser visto através dos resultados, a variável da desonestidade acadêmica possui efeito positivo e é estatisticamente significativa a um nível de 0,1%, o que aponta para uma maior predisposição a cometer atos corruptos entre indivíduos com maiores níveis de desonestidade no ambiente universitário. O mesmo pode ser dito em relação à percepção dos indivíduos quanto à frequência da corrupção, o que fortalece a ideia presente na Teoria da Aprendizagem Social, e testada por Tavits (2010) para o caso específico da corrupção, onde indivíduos que entendem o comportamento como mais difundido entre os outros membros da sociedade, apresentam uma maior predisposição a realizá-lo.

Com relação ao nível de confiança dos indivíduos em relação às demais pessoas, a variável não é estatisticamente significativa. Além disso, o efeito da percepção em relação à frequência da desonestidade acadêmica também não foi significativo, nem apresentou o sinal esperado. Esse resultado, juntamente com o obtido para a frequência da corrupção, indica que o efeito da percepção do comportamento desonesto em um contexto específico sobre as chances de executá-lo, é limitado apenas àquele contexto. Em outras palavras, o ato corrupto é influenciado apenas pela percepção do indivíduo em relação à frequência da própria corrupção e não de outros comportamentos desonestos.

Observando as colunas (2) e (3), tem-se a idade com efeito negativo e significativo a nível de 0,1%, indicando que indivíduos mais jovens apresentam maior “corruptibilidade”. Porém, os valores apresentados pelos coeficientes são consideravelmente baixos.

Os valores de R² e R² ajustado aumentam de OLS (1) para OLS (3), indicando que os modelos são melhores em explicar a variação da Corruptibilidade à medida que mais variáveis são adicionadas. Em contrapartida, O valor do teste F diminui de OLS (1) para OLS (3), indicando que as variáveis adicionais nos modelos OLS (2) e OLS (3) não melhoram significativamente a qualidade do ajuste. O valor p para todos os modelos é menor que 0.05, indicando que as estimativas de coeficientes são estatisticamente significativas.

Tabela 4 – Estimativa de MQO para Corruptibilidade

Corruptibilidade <i>Predictors</i>	OLS (1) <i>Estimates</i>	OLS (2) <i>Estimates</i>	OLS (3) <i>Estimates</i>
(Intercept)	-0.02	0.12	0.03
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	0.30***	0.27***	0.27***
Log(Frequência Corrupção + 1)	0.14***	0.13***	0.13***
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	-0.05	-0.03	-0.02
Log(Confiança Pessoas + 1)	-0.04	-0.03	-0.02
Idade		-0.00***	-0.00*
Masculino		0.05*	0.04*
Controles Pessoais		Sim	Sim
Controles Educacionais			Sim
Observações	1213	1213	1213
R2 / R2 adjusted	0.183 / 0.181	0.209 / 0.199	0.221 / 0.200
F stats	62.54	17.92	6.133
p - value	0.00	0.00	0.00

Fonte: Elaboração própria

*p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Buscou-se ajustar os erros padrões utilizando erros robustos de forma a corrigir eventuais problemas de heterocedasticidade e correlação serial. Os resultados obtidos foram tão semelhantes aos resultados originais que optou-se por omiti-los. Ademais, foi realizado um procedimento *bootstrap* para reamostrar a base de dados, recalculando as regressões 1000 vezes.

As tabelas 5, 6 e 7, abaixo, apresentam esses resultados para os modelos. Eles sugerem que os valores estimados para as variáveis Log(Desonestidade Acadêmica + 1) e Log(Frequência Corrupção + 1) podem ser confiáveis em todos os modelos, pois seus intervalos de confiança não incluem zero. Além disso, os vieses das variáveis são próximos de zero, o que sugere que a estimativa obtida por meio do método de *bootstrap* não difere significativamente da estimativa original. As variáveis Log(Freq Deson Acadêmica + 1), Log(Confiança Pessoas + 1) e Masculino possuem a presença do zero em seu intervalos de confiança para pelo menos um modelo, o que sugere que o valor nulo é um valor plausível para o parâmetro populacional e, portanto, a variável pode não ser estatisticamente significativa.

Tabela 5 – Bootstrap OLS(1)

	IC 95%	Original	Bias	Std. Error
Intercept	[-0.1182 : 0.0652]	-0.0284	-0.0019	0.0468
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[0.2593 : 0.3404]	0.3001	0.0002	0.0207
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.1163 : 0.1774]	0.1473	0.0005	0.0156
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.1054 : -0.0073]	-0.0569	-0.0006	0.0250
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.1142 : 0.0148]	-0.0479	0.0018	0.0329

Tabela 6 – Bootstrap OLS(2)

	IC 95%	Original	Bias	Std. Error
Intercept	[-0.1523 : 0.3356]	0.0987	0.0071	0.1245
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[0.2279 : 0.3173]	0.2725	-0.0001	0.0228
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.1042 : 0.1706]	0.1384	0.0010	0.0169
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.0880 : 0.0138]	-0.0377	-0.0006	0.0260
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.0981 : 0.0353]	-0.0318	-0.0004	0.0340
Idade	[-0.0061 : -0.0022]	-0.0042	-0.0001	0.0010
Masculino	[-0.1675 : 0.2072]	0.0150	-0.0048	0.0956
Controles Pessoais Controles Educacionais	Sim			

Tabela 7 – Bootstrap OLS(3)

	IC 95%	Original	Bias	Std. Error
Intercept	[-0.2990 : 0.2329]	-0.0333	-0.0003	0.1357
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[0.2303 : 0.3317]	0.2809	-0.0001	0.0259
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.1016 : 0.1712]	0.1372	0.0008	0.0177
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.0792 : 0.0253]	-0.0288	-0.0019	0.0267
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.0888 : 0.0407]	-0.0261	-0.0020	0.0330
Idade	[-0.0045 : -0.0005]	-0.0025	0.0000	0.0010
Masculino	[-0.1445 : 0.2137]	0.0351	0.0005	0.0914
Controles Pessoais		Sim		
Controles Educacionais		Sim		

Na tabela 8 a seguir, são apresentados os *Odds Ratios* obtidos por meio da regressão logística, tendo a variável binária “Corruptível” como variável dependente. Aqui, com intuito de facilitar a interpretação dos resultados, foi utilizada uma transformação logarítmica de base 2. Os *Odds Ratios* superiores a 1 indicam que o evento tem maior probabilidade de ocorrer à medida que o preditor aumenta, enquanto aqueles abaixo de 1 indicam que o evento tem menos probabilidade de ocorrer à medida que o preditor aumenta. Foram realizados testes de Wald e razão de verossimilhança, que apontaram para a não superioridade estatística do modelo (3), no qual foram incluídos controles educacionais, em relação ao modelo presente na coluna (2).

Ao analisar a variável $\text{Log}_2(\text{Desonestidade Acadêmica} + 1)$, que é estatisticamente significativa com nível de 0,1%, verifica-se que um aumento de 100% (dobrando-a) nessa variável resulta em um aumento de 3.17 vezes na chance do indivíduo ser corruptível. Isso representa um aumento percentual de cerca de 217%, obtido pela fórmula $100 \times (3,17 - 1)$. No entanto, ao considerar os controles pessoais, o valor percentual é reduzido para cerca de 176%.

Esses resultados corroboram a hipótese da continuidade da desonestidade, que sugere que, à medida que a tolerância do indivíduo em relação à desonestidade no ambiente acadêmico universitário aumenta, suas chances de cometer atos de corrupção também aumentam.

Outro resultado relevante é a percepção da frequência da corrupção, também estatisticamente significativa com nível de 0,1%. Nesse caso, um aumento de 100% dessa variável leva a um aumento de 2,06 vezes na chance do indivíduo ser corruptível. Isso representa um aumento percentual de cerca de 106%. No entanto, ao incluir os controles pessoais, o valor percentual é reduzido para aproximadamente 90%, sendo elevado para 93% após a inclusão

dos controles educacionais.

Ao contrário do resultado obtido para a "corruptibilidade", a frequência da desonestidade acadêmica se mostrou significativa (com nível de 1% inicialmente e nível de 5% após a inclusão dos controles) como preditor de "corruptível". No entanto, o sentido do efeito não foi o esperado, uma vez que um aumento de 100% nessa variável leva a uma redução de cerca de 33% na chance do indivíduo ser corruptível. Tentou-se, então, verificar a multicolinearidade entre os regressores utilizando o *Variance Inflation Factor* (VIF), mas não foi encontrada uma correlação severa entre os preditores que justificasse o resultado obtido.

Tabela 8 – Estimativa de Logit para Corruptível

Corruptível <i>Predictors</i>	Logit (1) <i>Odds Ratios</i>	Logit (2) <i>Odds Ratios</i>	Logit (3) <i>Odds Ratios</i>
(Intercept)	0.13***	0.90	0.56
Log₂(Desonestidade Acadêmica + 1)	3.17***	2.76***	2.87***
Log₂(Frequência Corrupção + 1)	2.06***	1.90***	1.93***
Log₂(Freq Deson Acadêmica + 1)	0.67**	0.73*	0.75
Log₂(Confiança Pessoas + 1)	1.04	1.09	1.14
Idade		0.95***	0.96***
Masculino		0.70	0.76
Controles Pessoais		Sim	Sim
Controles Educacionais			Sim
Observations	1213	1213	1213
R² tjur	0.154	0.206	0.211

Fonte: Elaboração própria

*p<0.05 ** p<0.01 *** p<0.001

Assim como foi realizado para as estimativas de *OLS*, utilizou-se o *bootstrap* para reamostrar os dados e, em seguida, para cada amostra criada, as regressões foram calculadas novamente 1000 vezes. Esses resultados estão presentes nas tabelas 9, 10 e 11 abaixo.

Os resultados se assemelham aos obtidos anteriormente. Log(Desonestidade Acadêmica + 1) e Log(Frequência Corrupção + 1) não possuem a presença do zero nos seus intervalos de confiança em todos os modelos, já o mesmo não ocorre para Log(Freq Deson Acadêmica + 1) e Log(Confiança Pessoas + 1). Além disso, após a inclusão dos controles, os valores de viés e erro padrão tornaram-se altos, sugerindo que os modelos podem não ser estáveis ou confiáveis.

Tabela 9 – Bootstrap Logit(1)

Basic Bootstrap Interval	IC 95%	Original	Bias	std. error
Intercept	[-2.77 : -1.38]	-2.0732	0.0045	0.3534
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[1.34 : 1.96]	1.6627	0.0066	0.1575
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.75 : 1.31]	1.044266	0.0071	0.1440
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.93 : -0.19]	-0.5707	-0.0063	0.1900
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.32 : 0.46]	0.0562	-0.0128	0.2019

Tabela 10 – Bootstrap Logit(2)

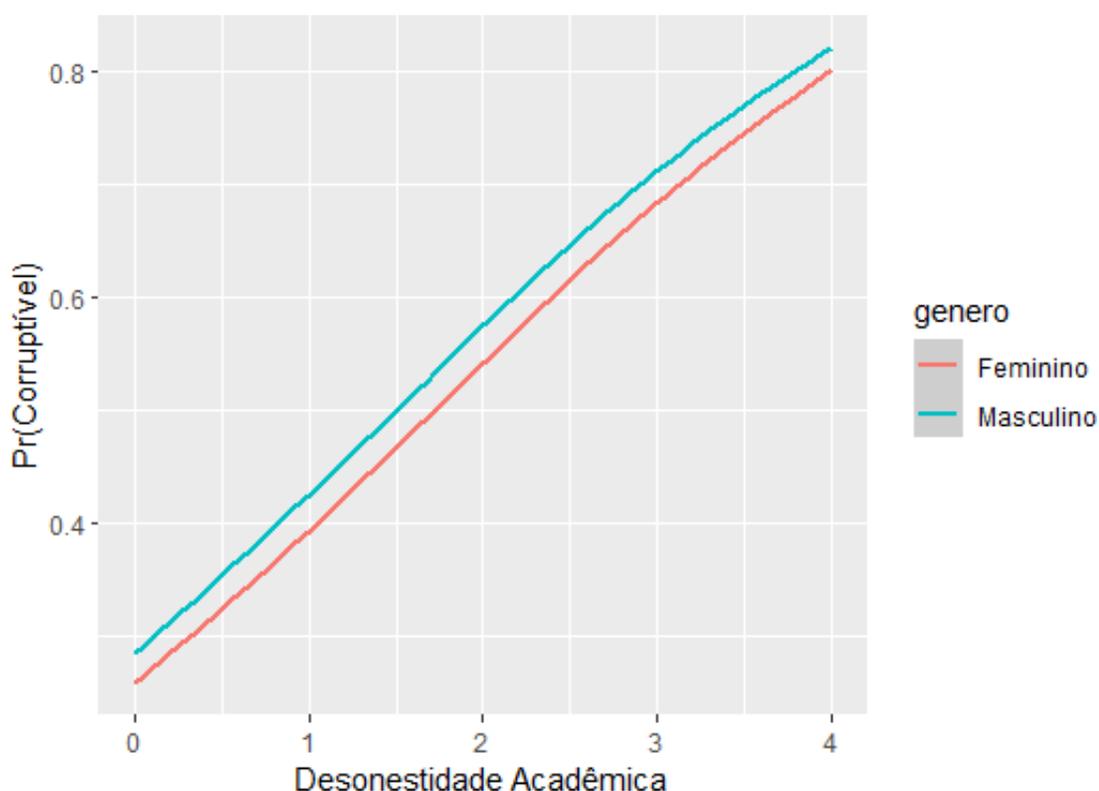
Basic Bootstrap Interval	IC 95%	Original	Bias	Std. Error
Intercept	[-2.95 : 1.57]	-0.1077	2.002e+17	6.793e+18
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[1.11 : 1.77]	1.4672	26855.99	177284.4
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.61 : 1.19]	0.9231	15313.55	151726.9
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.86 : -0.01]	-0.4598	-11135.88	203692.3
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.29 : 0.53]	0.1303	6807.351	205922.4
Idade	[-0.06 : -0.03]	-0.0516	-1240.003	9633.855
Masculino	[-1.70 : 1.96]	-0.3557	-2.002E+17	6.793E+18
Controles Pessoais	Sim			
Controles Educacionais	Sim			

Tabela 11 – Bootstrap Logit(3)

Basic Bootstrap Interval	IC 95%	Original	Bias	Std. Error
Intercept	[-3.13 : 1.55]	-0.5849	1.465E+17	6.288E+18
Log(Desonestidade Acadêmica + 1)	[1.11 : 1.79]	1.5193	63419.28	1400208
Log(Frequência Corrupção + 1)	[0.58 : 1.20]	0.9470	46584	837160.4
Log(Freq Deson Acadêmica + 1)	[-0.78 : 0.07]	-0.4054	21078.4	-464023.9
Log(Confiança Pessoas + 1)	[-0.29 : 0.61]	0.1892	16034.34	151392.5
Idade	[-0.06 : -0.01]	-0.0416	1730.41	-45851.86
Masculino	[-1.61 : 1.60]	-0.2755	1.465E+17	6.288E+18
Controles Pessoais			Sim	
Controles Educacionais			Sim	

As figuras 1 e 2 abaixo, demonstram a medida da desonestidade acadêmica como possuante de uma relação direta à probabilidade do indivíduo ser corruptível. Elas apresentam as probabilidades estimadas para o comportamento corrupto como função da desonestidade acadêmica mantendo as demais variáveis constantes, distinguindo entre, respectivamente, gênero e cor.

Figura 1 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da Desonestidade Acadêmica por Gênero



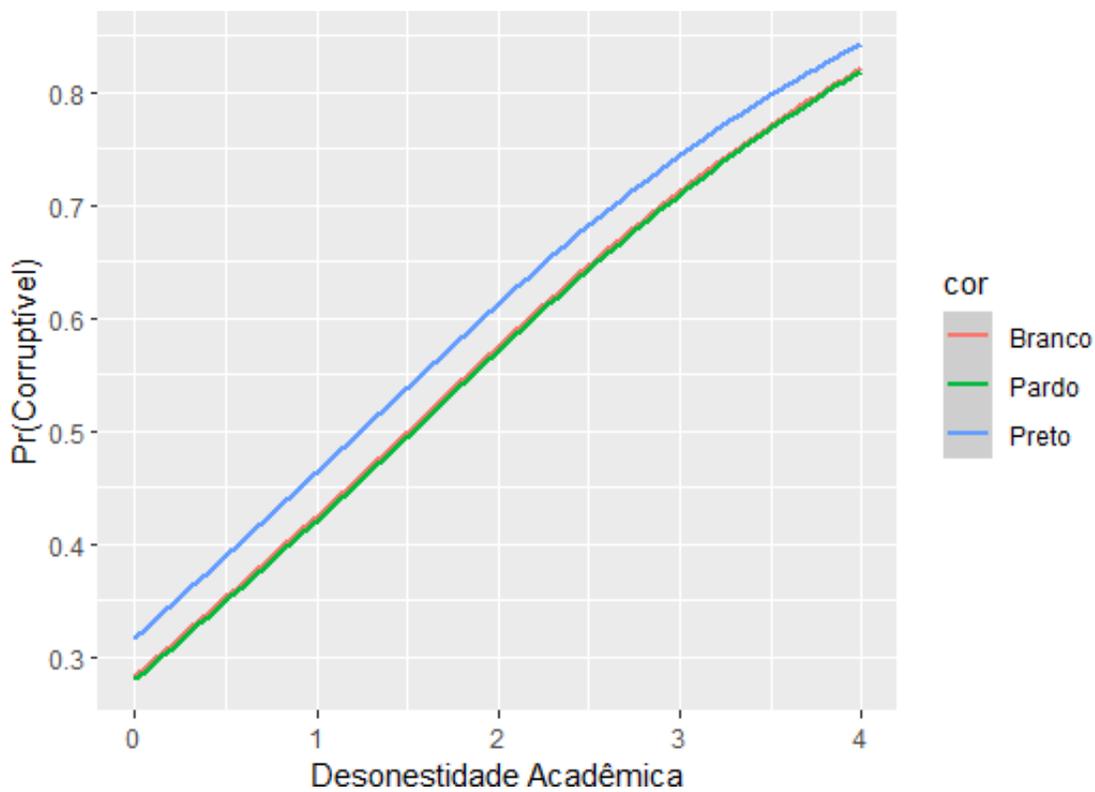
Fonte: Elaboração Própria

Através da figura 1, percebe-se que homens apresentam maiores chances de cometerem um ato corrupto em relação às mulheres nos diversos níveis de desonestidade acadêmica. Porém, a distância entre as probabilidades é levemente reduzida - por volta de 1% - quando aproxima-se dos níveis mais altos. As probabilidades previstas variam de, aproximadamente, 0.29 para 0.82 para homens e de 0.25 para 0.80 para mulheres.

Já a figura 2 abaixo, distingui a probabilidade de cometer um ato corrupto entre cor. Indivíduos pretos apresentam maiores chances de cometerem atos corruptos, com as proba-

bilidades variando de, aproximadamente 0.32 para 0.84, enquanto que indivíduos brancos e pardos apresentam chances virtualmente idênticas, com uma variação de, aproximadamente, 0.28 para 0.82 para ambos. Nota-se, também, uma redução na distância entre essas probabilidades (por volta de 2 pontos percentuais) quando a desonestidade acadêmica aproxima-se dos seus níveis mais altos.

Figura 2 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da Desonestidade Acadêmica por Cor

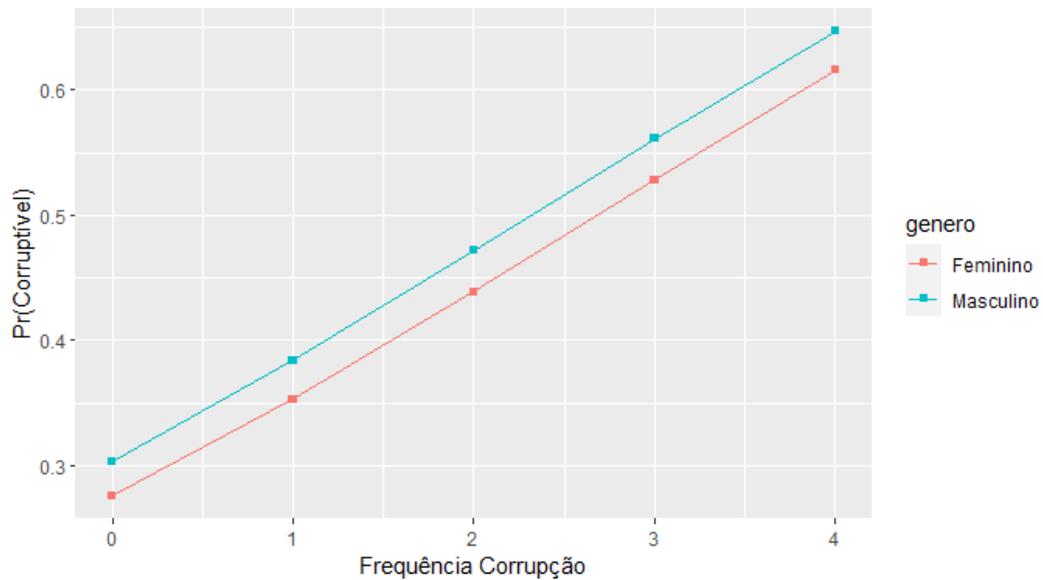


Fonte: Elaboração Própria

Assim como os resultados obtidos para a desonestidade acadêmica, percebe-se, através das figuras 3 e 4 abaixo, que a percepção dos indivíduos em relação à frequência da corrupção possui relação direta com a chances deles serem corruptíveis. Elas apresentam as probabilidades estimadas para o comportamento corrupto como função da percepção dos indivíduos em relação à frequência da corrupção, distinguindo entre gênero e cor.

Tem-se, novamente, que homens apresentam maior probabilidade de engajarem em corrupção em relação às mulheres para os cinco diferentes níveis de percepção da frequência da corrupção (0 sendo Nunca e 4 sendo Sempre). As probabilidade dos homens variam entre, aproximadamente, 0.31 e 0.65, e as das mulheres entre, aproximadamente, 0.27 e 0.61.

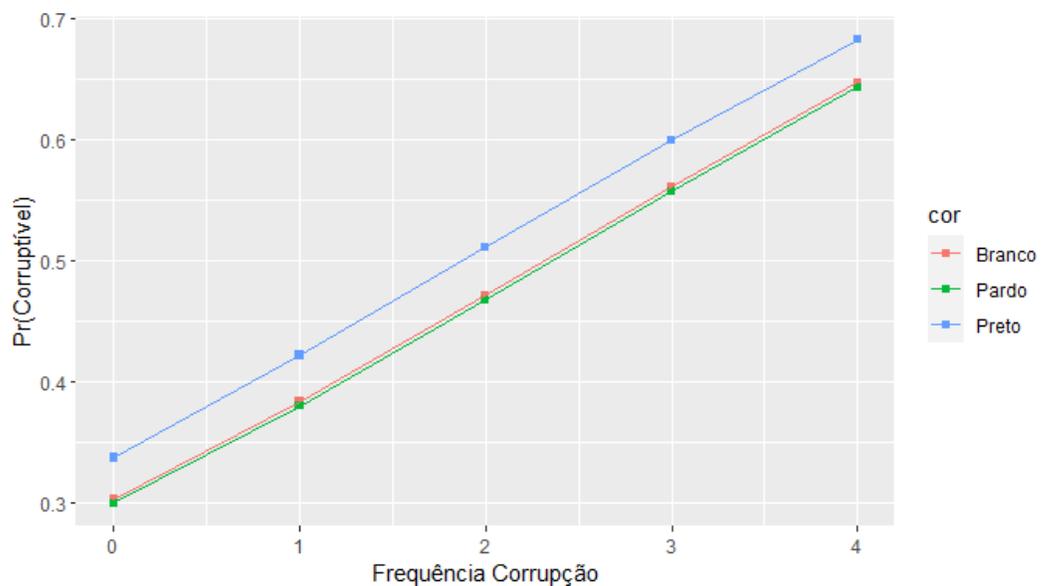
Figura 3 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da percepção da Frequência da Corrupção por Gênero



Fonte: Elaboração Própria

Com relação à cor, indivíduos pretos continuam apresentando maiores probabilidades de serem corruptíveis, com valores que variam de, aproximadamente, 0.33 para 0.68, e indivíduos brancos apresentam valores levemente superiores aos de indivíduos pardos. Para brancos, os valores variam de, aproximadamente, 0.31 para 0.65. Para Pardos, os valores variam de, aproximadamente, 0.30 para 0.64.

Figura 4 – Probabilidade Esperada de “Corruptível” como função da percepção da Frequência da Corrupção por Cor



Fonte: Elaboração Própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou testar a hipótese de uma possível continuidade da desonestidade entre diferentes contextos de ação humana. Para isso, a partir da utilização de dados obtidos por meio de aplicação de questionário, foram estimados os impactos da desonestidade acadêmica do indivíduo sobre sua propensão a cometer atos de corrupção.

Os resultados obtidos apontam para uma relação direta, e estatisticamente significativa, entre desonestidade acadêmica e corrupção, ou seja, aquele indivíduo academicamente desonesto possui uma maior propensão a cometer atos corruptos. Esses resultados corroboram a hipótese testada, em que a desonestidade não está sujeita apenas a uma situação específica, isto é, se o indivíduo é desonesto dado um contexto específico, ele possui uma maior propensão de ser desonesto em outro.

Também buscou-se englobar ao trabalho outros aspectos que podem apresentar certa relevância na discussão a respeito da corrupção. Dessa maneira, testou-se o impacto que a percepção dos indivíduos em relação à frequência da corrupção e da desonestidade acadêmica tem sobre suas próprias propensões a engajarem em corrupção. Constatou-se que, enquanto a frequência da corrupção possui uma relação direta com a propensão a também ser corrupto, o mesmo não é válido para a frequência da desonestidade acadêmica. Esse resultado vai de encontro com a Teoria da Aprendizagem Social, em que o comportamento do indivíduo é influenciado pelo comportamento dos demais, e indica que o efeito da percepção do comportamento desonesto em um contexto específico sobre as chances de executá-lo é limitado apenas àquele contexto. Em outras palavras, seu processo de decisão entre executar ou não o ato corrupto é influenciado apenas pela percepção do indivíduo em relação à frequência da própria corrupção e não de outros comportamentos desonestos.

No entanto, não foram encontradas evidências que menores níveis de confiança nas demais pessoas elevam o grau de corruptibilidade do indivíduo. Com relação às características pessoais dos indivíduos, aqueles mais jovens, pretos e do sexo masculino também apresentam maiores chances de serem corruptíveis.

Por fim, é necessário ressaltar as limitações da mensuração dos níveis de corruptibilidade e desonestidade acadêmica. Estes são conceitos complexos e que abrangem uma gama de diversos comportamentos. Torna-se interessante buscar novos métodos para determiná-los e verificar a maneira como se relacionam. Além disso, futuros trabalhos podem focar em analisar não apenas a continuidade da desonestidade, como também a continuidade da eficiência de mecanismos que buscam combatê-la, ou seja, se programas de redução da desonestidade acadêmica também possuem seus efeitos sendo sentidos na corrupção.

REFERÊNCIAS

- AKERS, R. L.; JENNINGS, W. G. The social learning theory of crime and deviance. In: *Handbook on crime and deviance*. [S.l.]: Springer, 2019. p. 113–129.
- ALATAS, V. et al. Gender, culture, and corruption: Insights from an experimental analysis. *Southern Economic Journal*, Wiley Online Library, v. 75, n. 3, p. 663–680, 2009.
- BAKAR, N. B. A.; ISMAIL, S.; MAMAT, S. Will graduating year accountancy students cheat in examination? a malaysian case. *International Education Studies*, ERIC, v. 3, n. 3, p. 145–152, 2010.
- BALLANTINE, J.; LARRES, P. M.; MULGREW, M. Determinants of academic cheating behavior: The future for accountancy in ireland. In: ELSEVIER. *Accounting forum*. [S.l.], 2014. v. 38, n. 1, p. 55–66.
- BARASSI, M. R.; ZHOU, Y. The effect of corruption on fdi: A parametric and non-parametric analysis. *European Journal of Political Economy*, Elsevier, v. 28, n. 3, p. 302–312, 2012.
- BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. In: *The economic dimensions of crime*. [S.l.]: Springer, 1968. p. 13–68.
- DENISOVA-SCHMIDT, E.; HUBER, M.; LEONTYEVA, E. On the development of students' attitudes towards corruption and cheating in russian universities. *European Journal of Higher Education*, Taylor & Francis, v. 6, n. 2, p. 128–143, 2016.
- DRUICĂ, E. et al. Exploring the link between academic dishonesty and economic delinquency: A partial least squares path modeling approach. *Mathematics*, MDPI, v. 7, n. 12, p. 1241, 2019.
- EGGER, P.; WINNER, H. How corruption influences foreign direct investment: A panel data study. *Economic Development and Cultural Change*, The University of Chicago Press, v. 54, n. 2, p. 459–486, 2006.
- ELLIOTT, K. A. Corruption as an international policy problem. In: *Political Corruption*. [S.l.]: Routledge, 2017. p. 925–942.
- FISCHER, R. et al. Culture of corruption? the effects of priming corruption images in a high corruption context. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 45, n. 10, p. 1594–1605, 2014.
- Fixgerald. *Cheating and Plagiarism Statistics Among College Students in 2021*. 2021. Disponível em: <<https://fixgerald.com/blog/cheating-and-plagiarism-statistic>> . Acesso em: 23 de dezembro 2022.

GORSIRA, M. et al. Corruption in organizations: Ethical climate and individual motives. *Administrative Sciences*, MDPI, v. 8, n. 1, p. 4, 2018.

GRAVES, S. M. et al. Student cheating habits: A predictor of workplace deviance. *Journal of Diversity Management (JDM)*, v. 3, n. 1, p. 15–22, 2008.

HERIYATI, D.; EKASARI, W. F. A study on academic dishonesty and moral reasoning. *International Journal of Education*, v. 12, n. 2, p. 56–62, 2020.

HOFSTEDE, G. *Culture's consequences: International differences in work-related values*. [S.l.]: sage, 1984. v. 5.

HOFSTEDE, G. *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations*. [S.l.]: Sage publications, 2001.

IBGE. *Conheça o Brasil - População - EDUCAÇÃO*. 2019. Disponível em: <<https://educacao.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>> . Acesso em: 23 de dezembro 2022.

KÖBIS, N. C. et al. “who doesn't?”—the impact of descriptive norms on corruption. *PloS one*, Public Library of Science San Francisco, CA USA, v. 10, n. 6, p. e0131830, 2015.

KOTERA, G.; OKADA, K.; SAMRETH, S. A study on the relationship between corruption and government size: the role of democracy. 2010.

MANGAFIĆ, J.; VESELINOVIĆ, L. The determinants of corruption at the individual level: evidence from bosnia-herzegovina. *Economic research-Ekonomska istraživanja*, Taylor and Francis Group i Sveučilište Jurja Dobrile u Puli, Fakultet . . . , v. 33, n. 1, p. 2670–2691, 2020.

MAURO, P. Corruption and growth. *The quarterly journal of economics*, MIT Press, v. 110, n. 3, p. 681–712, 1995.

MITCHELL, M. S. et al. Cheating under pressure: A self-protection model of workplace cheating behavior. *Journal of Applied Psychology*, American Psychological Association, v. 103, n. 1, p. 54, 2018.

NICK, J. M.; LLAGUNO, M. Dealing with academic dishonesty: a redemptive approach. *Journal of Christian Nursing*, LWW, v. 32, n. 1, p. 50–54, 2015.

NONIS, S.; SWIFT, C. O. An examination of the relationship between academic dishonesty and workplace dishonesty: A multicampus investigation. *Journal of Education for business*, Taylor & Francis, v. 77, n. 2, p. 69–77, 2001.

OROSZ, G. et al. Linking cheating in school and corruption. *European Review of Applied Psychology*, Elsevier, v. 68, n. 2, p. 89–97, 2018.

PELLEGRINI, L. Causes of corruption: a survey of cross-country analyses and extended results. In: *Corruption, development and the environment*. [S.l.]: Springer, 2011. p. 29–51.

RIVAS, M. F. An experiment on corruption and gender. *Bulletin of Economic Research*, Wiley Online Library, v. 65, n. 1, p. 10–42, 2013.

SIMON, C. A. et al. The other side of academic dishonesty: The relationship between faculty scepticism, gender and strategies for managing student academic dishonesty cases. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, Taylor & Francis, v. 28, n. 2, p. 193–207, 2003.

SMYTH, M. L.; DAVIS, J. R. An examination of student cheating in the two-year college. *Community College Review*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 31, n. 1, p. 17–32, 2003.

STEPHENS, J. M. How to cheat and not feel guilty: Cognitive dissonance and its amelioration in the domain of academic dishonesty. *Theory Into Practice*, Taylor & Francis, v. 56, n. 2, p. 111–120, 2017.

TAVITS, M. Why do people engage in corruption? the case of estonia. *Social forces*, The University of North Carolina Press, v. 88, n. 3, p. 1257–1279, 2010.

USLANER, E. M. The moral foundations of trust. *Available at SSRN 824504*, 2002.

USLANER, E. M. *Corruption, inequality, and the rule of law*. [S.l.]: Cambridge univ. press, 2008.

WANG, H.; ZHANG, Y. The effects of personality traits and attitudes towards the rule on academic dishonesty among university students. *Scientific Reports*, Springer, v. 12, n. 1, p. 1–7, 2022.

WÄNGNERUD, L. Why women are less corrupt than men. In: *Good Government*. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2012.

ZHAO, L. et al. Academic dishonesty and its relations to peer cheating and culture: A meta-analysis of the perceived peer cheating effect. *Educational Research Review*, Elsevier, p. 100455, 2022.